



Prof. dr. Luís Henrique Ramos de Camargo
Departamento de Geografia das FIC

Um balanço da Conferência das Nações Unidas Sobre Desenvolvimento Sustentável - RIO + 20

Entre os dias 13 e 22 de junho de 2012 ocorreu na cidade do Rio de Janeiro o maior evento já organizado pelas ONU, com a presença de mais de 190 nações, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), mais conhecida como Rio+20.

Essa conferência, que se dividiu em diferentes áreas espalhadas pela cidade, tinha também duas divisões nítidas: a reunião conhecida como "Cúpula dos Povos", que congregou a sociedade civil, e a conferência em si, que agregou os líderes mundiais, seus ministros e outras pessoas de destaque no campo político e empresarial.

Por sua vez, ambos os grupos buscavam, pelo ao menos no início dos debates, cumprir uma agenda mínima de compromissos que teriam sido acordados nos momentos preparatórios, nos chamados "PrepComs". Nesse sentido, o principal objetivo da Rio+20 seria efetivar a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza, além de criar uma estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável.

Porém, o documento final, conhecido como O Futuro que Queremos, e que apresentava 53 páginas, muito diferiu da declaração feita pela Cúpula dos Povos, com temas como o combate à fome, além da garantia de direitos como os da mulher, e a economia verde acabaram sendo esquecidos.

O documento final da ONU terminou por reproduzir os grandes interesses em suas piores expressões, pois a Rio+20 apresentou uma nova agenda, sem se aprofundar em temas que demonstravam grande magnitude, como a fome e o financiamento das políticas sustentáveis, dentre outros.

Síntese do documento:

Políticas de economia verde:

É uma das principais ferramentas para se consolidar o desenvolvimento sustentável, segundo a declaração. Essas políticas não devem impor regras rígidas, respeitando a soberania nacional de cada país, não constituindo um meio de discriminação nem de restrição disfarçada ao comércio internacional. Segundo o relatório, esse modelo deve contribuir para diminuir as diferenças tecnológicas entre os países ricos e nós.

Governança mundial do desenvolvimento sustentável:

O texto decide "reforçar o quadro institucional". A comissão de desenvolvimento sustentável, totalmente ineficaz, é substituída por um "fórum intergovernamental de alto nível". O PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) terá seu papel reforçado e valorizado como "autoridade global e na liderança da questão ambiental", com os recursos "assegurados" (os depósitos atualmente são

voluntários) e uma representação de todos os membros das Nações Unidas (apenas 58 participam atualmente).

Quadro de ação:

Correspondente à metade do documento, o texto propõe setores onde haja "novas oportunidades" e onde a ação seja "urgente", notavelmente devido ao fato de as conferências anteriores terem registrado resultados insuficientes. Os 25 temas apresentados incluem erradicação da pobreza, segurança alimentar, energia limpa, saúde, água, emprego, oceanos, mudanças climáticas, produção sustentáveis e consumo.

Objetivos de desenvolvimento sustentável:

Nos moldes dos Objetivos do Milênio para o desenvolvimento, cujo prazo para cumprimento se encerra em 2015, a cúpula insiste na importância de se estabelecer os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) "em número limitado, conciso e voltado à ação", aplicáveis a todos os países, mas levando em conta as "circunstâncias nacionais particulares".

Os meios de realização do desenvolvimento sustentável:

É extremamente importante reforçar o apoio financeiro de todas as origens, em particular para os países em desenvolvimento.